

Polícia parada aumenta insegurança

Reunidos em assembleias, policiais civis decidem restringir atendimento a casos de crimes hediondos, mas não querem confronto

Luís Cláudio Cicci
Da equipe do Correio

O ruim vai piorar. Mais risco de transtornos à população por causa de greves de servidores públicos. O 14º dia da paralisação dos policiais civis começa sem a remoção de cadáveres dos hospitais, sem a escolta a presos nas saídas para os fóruns e tratamento de saúde e com atendimento nas delegacias só para casos de crimes hediondos — até ontem os crimes inafiançáveis ainda eram registrados. As decisões valem desde o fim da assembleia realizada na manhã de ontem.

Depois de oito dias sem negociações entre os representantes do governo e do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF), os cerca de 2 mil grevistas que se reuniram em frente ao Palácio do Buriti resolveram complicar ainda mais a vida do cidadão. A disposição é de continuar a greve até que seja incluída no contracheque a Gratificação por Operações Especiais (GOE). Para um policial civil iniciante, com salário de cerca de R\$ 1,5 mil, o aumento com a GOE é de um terço.

Hoje, as 35 delegacias, Instituto Médico Legal e os presídios traba-

lham com 30% do efetivo normal para obedecer exigências da Constituição. A tentativa de substituição dos agentes penitenciários por policiais militares a fim de permitir visitas aos presos trouxe complicações ao governador. Desde sábado um oficial de Justiça procura Cristovam Buarque na intenção de comunicá-lo da decisão do desembargador Lécio Rezende da Silva que impede que a PM cumpra a função da polícia judiciária.

"Nas circunstâncias que vivemos, a presença da Polícia Militar é permitida para zelar pela segurança dos internos, dos próprios trabalhadores e do patrimônio", justifica o secretário de Segurança, Roberto Aguiar. Amanhã, às 16h, outra assembleia do Sinpol no Parque da Cidade vai decidir sobre a proposta de uma vigília em frente à Coordenação de Polícia Especializada (CPE) para garantir o cumprimento da liminar. Na quinta-feira, dia de visitas aos presos, o governo deve colocar policiais militares para acompanhar os parentes nas suas idas às celas.

"Descarto a possibilidade de confronto porque não temos esse interesse", explica o presidente do Sinpol, Hugo de Sousa Silva. "Isso não vai acontecer apesar de o governo

Carlos Vieira



Parados há 14 dias, policiais civis exigem do governador Cristovam Buarque pagamento da Gratificação por Operações Especiais

estar insulflando, causando intranquilidade." O impasse nas negociações é interpretado como receio. "O governo tem medo das consequências da vitória do nosso movimento sobre outras categorias, o secretário não quer mais negociar e não sabemos a quem nos dirigirmos."

GOE

Das quatro reivindicações encaminhadas para negociação, três chegaram a bom termo — pagamento retroativo do auxílio-alimentação e do adicional por trabalho noturno e a isonomia interna. A GOE, que o governo reconhece co-

mo direito adquirido dos policiais civis, é a pendência que faz a greve continuar. "Dependemos de negociação com os ministérios da Justiça e da Fazenda para a apresentação de um projeto de lei na Câmara dos Deputados", argumenta o secretário Roberto Aguiar. "Há grande pos-

sibilidade de conseguirmos urgência urgentíssima para a votação dessa questão."

A pressa tem fundamento. A lei eleitoral proíbe a aprovação de qualquer benefício salarial para servidores públicos depois de 30 de junho. "Nós pensamos que essa conversa é enrolação, uma forma de protelar", critica o presidente do Sinpol. "Basta a inclusão da verba na folha de pagamento para acabarmos com o movimento, o governo sabe disso", diz Silva defendendo que a GOE seja prometida antes da vinda do repasse pelo governo federal. "Depois que houver a provocação, aí nós vamos trabalhar politicamente no Ministério da Fazenda, com os parlamentares."

Enquanto isso, a população convive com a falta de segurança. Durante a assembleia de ontem os grevistas culpavam a transferência de policiais militares para os presídios por acontecimentos como o roubo

do supermercado Carrefour na madrugada de domingo. "Recomendo aos cidadãos que procurem a Polícia Civil, avisem às delegacias ou às autoridades da Polícia Militar porque há um esquema de atendimento preparado para compensar os faltosos", garante Aguiar.

"Vou procurar o delegado"

Negociações paradas, sofrem os cidadãos. Na 2ª Delegacia de Polícia Civil (2ª DP), na Asa Norte, onde num dia normal eram registradas entre 70 a 80 ocorrências por dia, a frustração é regra para quem busca auxílio. Só recebem atenção vítimas de homicídio, latrocínio, extorsão, seqüestro, estupro ou atentado ao pudor.

Os comerciantes Mery Saraiva e Donato Golanowski tiveram sustos quando voltaram às suas lojas depois do fim de semana. Mery, quando chegou ao seu salão de beleza, viu sua televisão fora do lugar e uma janela arrombada. Sentiu a falta de uma tesoura e de um secador de cabelos. Donato, dono do trailer vizinho à 2ª DP, assustou-se com a porta estourada e reclama ter perdido R\$ 270 e 40 carteiras de cigarros.

"Quis registrar a ocorrência e recebi a recomendação para não mexer em nada e fechar até a chegada dos peritos", diz Mery. "Aí, como é que vou pagar aluguel, empregados e comidas dos filhos?", pergunta. Donato também está indignado. "Vou procurar o delegado-chefe, que é meu fre- guês, para mostrar que a coisa não está brincadeira." (LCC)

ANÁLISE DA NOTÍCIA

UM GOVERNO REFÉM

Ana Dubeux
Da equipe do Correio

Uma semana sem diálogo é tempo suficiente para causar um grande estrago em qualquer processo de negociação. O GDF sabe disso, mas não dispõe de um interlocutor capaz de sentar com os grevistas e encontrar uma saída para o fim da greve da polícia. O governador Cristovam Buarque está órfão de negociadores e virou refém do movimento.

A população está rendida e teme que as ameaças do sindicato se materializem. Delegacias sem

agentes, IML sem peritos e bandidos soltos pelas ruas são uma combinação explosiva.

Não dá, a esta altura, para radicalizar ou recorrer a desculpas vãs como a violência virtual. É hora de agir com maturidade. Cristovam acertou ao dizer que, em um governo de esquerda, os sindicatos se posicionam à direita do poder. Os mesmos sindicatos que o elegeram saem às ruas hoje para chamá-lo de traidor. Queriam, por certo, um governo paternalista, mas se deram mal. E em meio a essa crise de identidade, o povo é quem paga o pato.